



Nota técnica
23 de março de 2023

É PRECISO REVERTER A POSSIBILIDADE DE VENDA DA AVIBRAS E ESTATIZÁ-LA

Na segunda quinzena de março de 2023, parte da imprensa noticiou que empresas dos Emirados Árabes e da Alemanha negociam a compra da brasileira Avibras, reconhecida mundialmente pelos produtos e sistemas que desenvolve nas áreas aeronáutica, espacial, eletrônica, veicular e de Defesa.

No caso do Emirados Árabes, trata-se da Edge Group, que tem interesse eminentemente tecnológico. Em particular, a empresa pretende obter o sistema de lançamento múltiplo de foguetes Astros e o Míssil Tático de Cruzeiro da Avibras. Coincidência ou não, a informação foi divulgada dias antes de viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à capital dos Emirados Árabes, Abu Dhabi, no dia 31 de março, conforme divulgado pelo Ministério das Relações Exteriores.

Simultaneamente, foi noticiado que a alemã Rheinmetall também está na disputa pela compra da Avibras. A Rheinmetall é do setor de armamentos, com presença em mais de 33 países e grande escalada de faturamento em função do fornecimento para a Ucrânia na guerra com a Rússia. Segundo o site de notícias Relatório Reservado, a Avibras confirmou que “o governo brasileiro acompanha de perto os acontecimentos”.

Essas notícias são reveladoras sobre a estratégia dos empresários estrangeiros e a ausência de qualquer estratégia por parte do governo brasileiro.

VENDA É A PIOR SAÍDA POSSÍVEL

Mais danoso que a privatização de empresas públicas é a venda de conhecimento para empresas estrangeiras. O Brasil é um país em acelerado processo de desindustrialização e passa por uma redução na produção de elevada tecnologia – setor com maior valor agregado e gerador de empregos com maior remuneração.

O quadro é ainda mais drástico quando estão em jogo empresas de alta tecnologia sediadas no Brasil, cujo processo produtivo e desenvolvimento tecnológico fica a cargo de trabalhadores brasileiros. Empresas de grande porte com esse perfil, que empregam mais de mil trabalhadores, estão ameaçadas de extinção no país. A Avibras e Embraer, sediadas em Jacareí e



São José dos Campos, respectivamente, são duas raras exceções.

A tecnologia produzida por essas empresas poderia servir como ponta de lança de um projeto nacional de desenvolvimento em diversos outros setores. O que vem ocorrendo, nos últimos anos, é precisamente o contrário. Entre 2017 e 2020, a Embraer quase foi vendida para a Boeing. Agora, conforme se anuncia, a venda da Avibras é iminente. Quais as consequências desse processo? Para o Brasil, as consequências são desastrosas. Trata-se de perder uma das poucas empresas de elevada tecnologia sediadas no país. O que é pior, em um setor estratégico para a soberania nacional, sobretudo em uma situação de escalada dos conflitos a nível mundial com a guerra entre Rússia e Ucrânia. Mas não somente isso. A situação é também desastrosa para os trabalhadores da Avibras.

Para entender esse quadro, é preciso mirar nos interesses da Alemanha e dos Emirados Árabes na aquisição da empresa. Eles não são, primariamente, econômicos, mas sobretudo militar e tecnológico. Tomemos o caso da Alemanha.

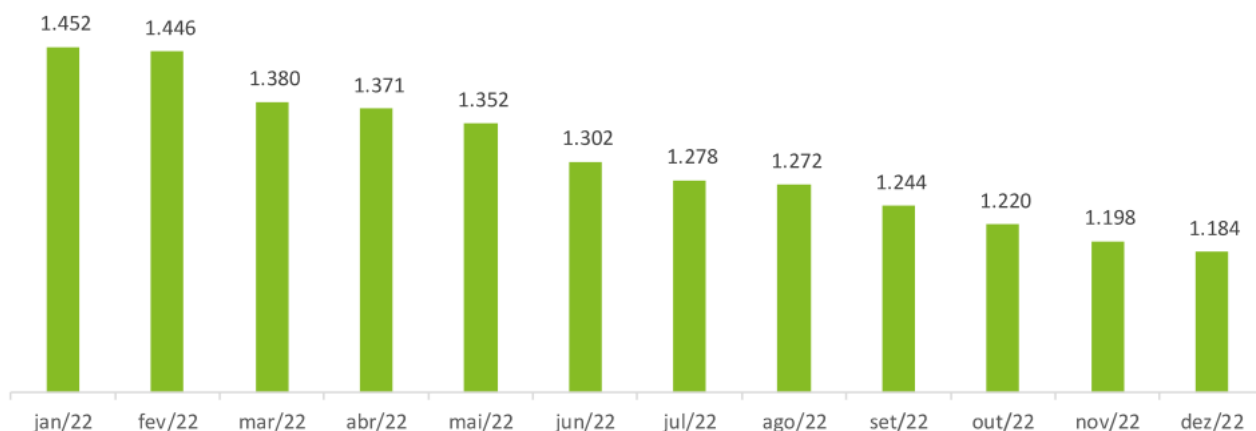
Após a invasão da Ucrânia pela Rússia, a Alemanha teve uma grande inflexão em sua política de defesa e militar. O país aprovou o maior gasto para o seu Departamento de Defesa nos últimos 83 anos, isto é, desde a Segunda Guerra Mundial. Foram 100 bilhões de euros (R\$ 577 bilhões) para destinar 2% do PIB do país à área de Defesa. Trata-se de uma linha de rearmamento massivo.

Após ser derrotada na Segunda Guerra Mundial, a Alemanha, por motivos óbvios, atuou por décadas com enormes restrições militares. Apesar disso, recuperou seu poderio e supremacia econômica na Europa, liderando hoje inquestionavelmente a União Europeia. Existe um grande descompasso entre sua influência e dominação econômica no mundo e seu reduzido poderio militar. O país quer recuperar essa posição. Qual é, portanto, o principal interesse da Alemanha e da Rheinmetall na Avibras? É, evidentemente, sua tecnologia.

Caso vendida, ainda que a produção de armamentos continue a ser feita em São José dos Campos e demais municípios – o que de modo algum está garantido, o controle tecnológico passaria para a empresa alemã que, por motivos de segurança, desenvolveria os projetos em solo alemão tão logo se apropriasse do conhecimento hoje em posse da Avibras. No médio prazo, isto significaria que quase todo o trabalho qualificado, de maior remuneração, passaria para Düsseldorf, na Alemanha. Além disso, a tecnologia brasileira poderia ser reproduzida e utilizada em qualquer uma das dezenas de unidades que a Rheinmetall possui em diversos lugares do mundo, sobretudo na Europa, de modo a tornar altamente provável o abandono da subsidiária brasileira. Seja como for, nada disso estaria sob o controle e jurisdição do Brasil.

Os mais de mil postos de trabalho da Avibras, número que está em queda a cada mês, como indicado a seguir, poderiam desaparecer por completo ou se reduzir a parte operativa e de montagem dos produtos.

Total de trabalhadores da AVIBRAS em 2022

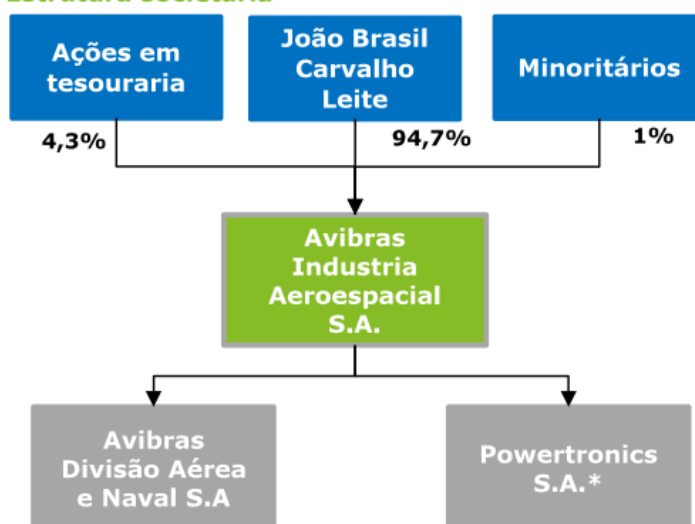


Fonte: informações gerenciais.

Fonte: AVIBRAS – 7º Relatório Mensal de Atividades de Janeiro de 2023

De tudo o que foi exposto, fica a pergunta: quem, além dos possíveis compradores, ganha com a venda da Avibras? Como mostrado, não há benefícios no horizonte nem para o país nem para os trabalhadores do setor. Ao contrário, trata-se de uma derrota de proporções históricas. Os únicos interessados são aqueles responsáveis pelo controle da empresa: seus acionistas. No presente caso, trata-se de seu principal acionista: João Brasil Carvalho Leite, detentor de 94,7% das ações da Avibras, como indicado a seguir:

Estrutura societária



Fonte: AVIBRAS – 7º Relatório Mensal de Atividades de Janeiro de 2023

A grande contradição do processo é que, apesar de a Avibras amargar números negativos, o que a levou a pedir injustificadamente recuperação judicial, o seu valor de mercado tende a crescer. Isso é resultado do cenário de conflitos instaurados em diferentes continentes, o que



demanda produtos de defesa, e pelo fato de a empresa ter controle sobre produtos de tecnologia de ponta do setor. Aproveitar-se do alto valor de mercado da Avibras pode ser uma das intenções do proprietário majoritário para concretizar a venda.

Isto ocorre porque produtos de elevada tecnologia representam conhecimento acumulado e aprimorado por décadas. Não é algo que pode ser produzido apenas pela posse do capital. Engloba, fundamentalmente, o segredo comercial.

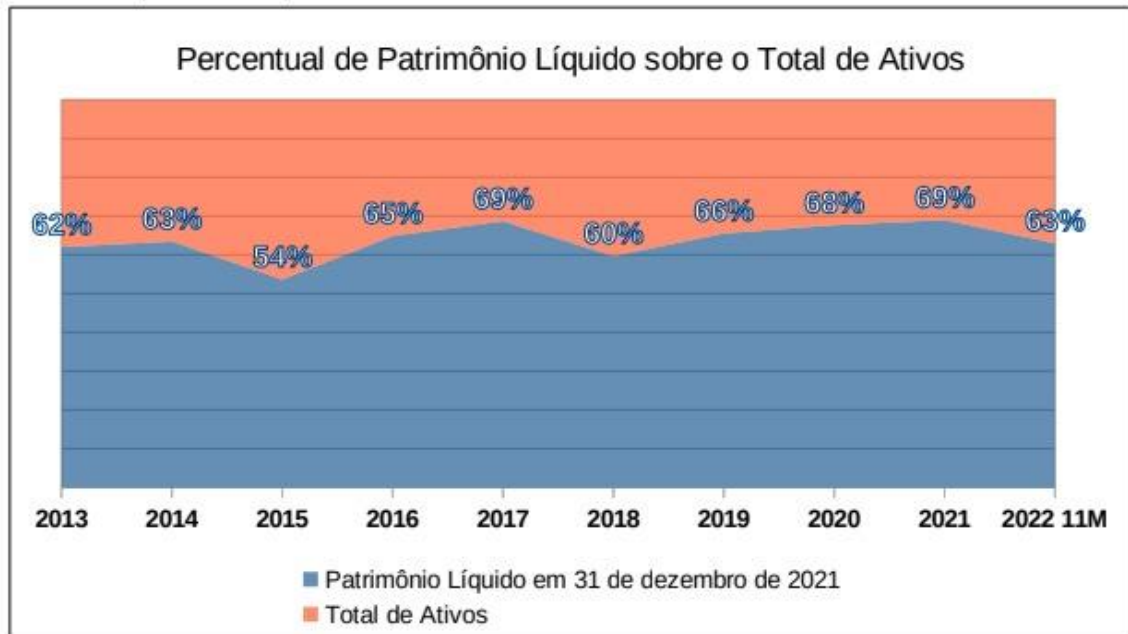
Tanto é assim que 91% do patrimônio total da Avibras envolve ativos não circulantes ou fixos, que expressam as tecnologias materializadas em máquinas, equipamentos, infraestrutura e demais ativos de longo prazo. Essa correlação é indicada a seguir com os dados disponibilizados pela empresa, relativos ao fim de novembro de 2022.

Divisão do capital da AVIBRAS em fixo e circulante em 11/2022
(em milhões de reais)



Fonte: 7º Relatório Mensal de Atividades de Janeiro de 2023 e Demonstrativos Financeiros AVIBRAS. Elaboração: ILAESE

Outro indicador que aponta para o elevado poder de capitalização do acionista João Brasil com a venda da Avibras é o seu patrimônio líquido, o que ocorre justamente em função do capital fixo da empresa anteriormente indicado. O ILAESE já argumentou, em notas anteriores, que a situação patrimonial da Avibras é confortável. A empresa possui, de fato, uma crise de liquidez corrente, isto é, ausência de recursos para saldar suas dívidas de curto prazo. Isso poderia ser resolvido com financiamento e renegociação das dívidas, já que a empresa está longe de possuir um reduzido valor de mercado. A comprovação está na evolução do patrimônio líquido da empresa até novembro de 2022.



Fonte: 7º Relatório Mensal de Atividades de Janeiro de 2023 e Demonstrativos Financeiros AVIBRAS. Elaboração: ILAESE

Ao fim de 2021, a Avibras apresentou um patrimônio líquido de mais de 2 bilhões de reais, o que representa 69% de seu patrimônio total ou do total de ativos. Em novembro de 2022, mesmo diante do processo de recuperação judicial, pouco se altera, o patrimônio líquido da Avibras representava 63% do patrimônio total.

O QUE ESTÁ POR TRÁS DOS ÍNDICES ECONÔMICOS DA AVIBRAS EM 2022?

Além dos elementos indicados acima, é de se estranhar a queda dos números da Avibras no ano de 2022. Conforme já havia anunciado, a empresa entrou em crise com a pandemia de Covid-19 em 2020 e 2021, devido a impossibilidade de encontros presenciais necessário para fechar contratos com alto grau de sigilo. Entretanto, os empecilhos colocados pela pandemia já desapareceram e o mundo vive uma escalada militar em função da invasão russa na Ucrânia. Apesar disso, os números divulgados pela Avibras até novembro de 2022 exibem uma das arrecadações mais baixas registradas pela empresa em mais de uma década, como indicado a seguir:

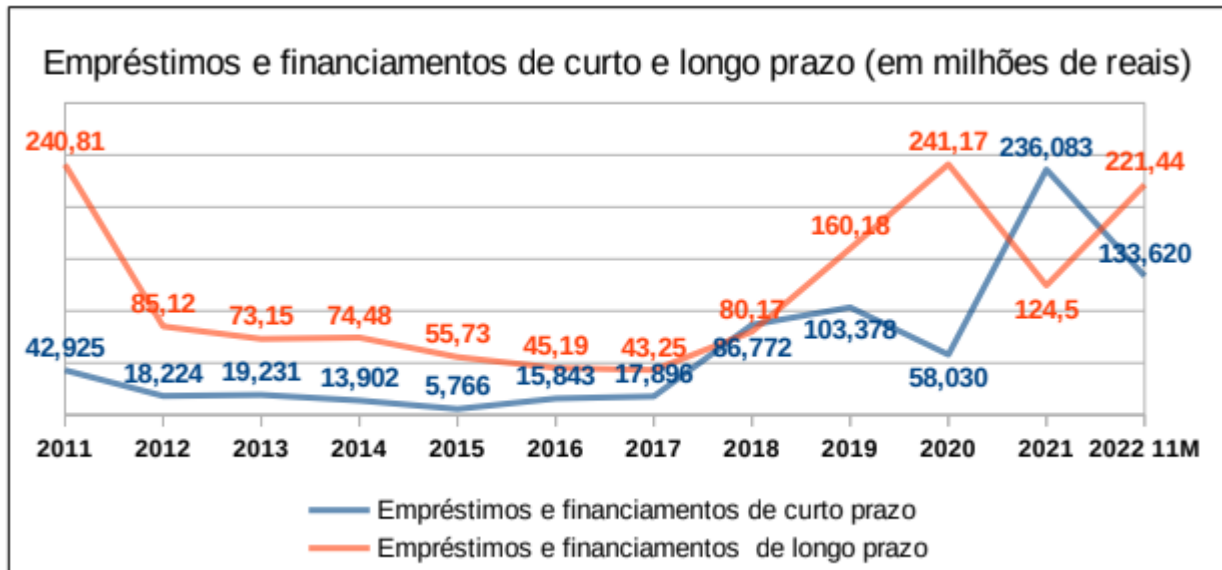


Fonte: 7º Relatório Mensal de Atividades de Janeiro de 2023 e Demonstrativos Financeiros AVIBRAS. Elaboração: ILAESE

O que se percebe é que pouco ou nenhum esforço vem sendo feito pelo proprietário da Avibras e pelo governo brasileiro para superar a atual crise, de modo a viabilizar e justificar a venda da empresa.

As próprias tratativas para a aquisição com a Rheinmetall e o Edge Group explicitam a existência de mercado para os produtos vendidos pela Avibras, bem como seu potencial tecnológico. No último relatório divulgado, a empresa explica os motivos da queda de seu faturamento em 2022: “Segundo a Administração, a redução se deve, principalmente, aos contratos do mercado externo e interno de 2021, que não se realizaram em 2022, principalmente com o Exército Brasileiro” (p.14), ou seja, a inação do governo brasileiro está entre os principais fatores. Prova disso é que o Exército brasileiro anunciou a assinatura de um contrato de € 900 milhões (cerca de R\$ 5 bilhões) para a aquisição de 98 veículos blindados do consórcio italiano Iveco-Melara, priorizando, assim, uma empresa internacional.

Ainda assim, com as medidas tomadas na recuperação judicial, a Avibras renegociou suas dívidas. Desse modo, seu maior endividamento passou a ser de longo prazo, invertendo a situação colocada em dezembro de 2021.



Fonte: 7º Relatório Mensal de Atividades de Janeiro de 2023 e Demonstrativos Financeiros AVIBRAS. Elaboração: ILAESE

SOBERANIA NACIONAL E ESTATIZAÇÃO DA AVIBRAS

Como afirmado em documentos anteriores, inclusive no dossiê sobre a Avibras entregue ao Ministério da Defesa em janeiro de 2023, o planejamento estratégico da Defesa Nacional passa pela estatização das grandes empresas do setor, integrando-as aos Institutos Científicos e Universidades Federais. Esse sistema permitiria manter em solo nacional a fabricação de caças, armamento pesado, cargueiros militares, navios de guerra, helicópteros de combate, foguetes, mísseis, submarinos, tecnologia aeroespacial e naval, sistemas eletrônicos e sistemas de comando e controle. Uma empresa desse tipo, com financiamento estatal, poderia projetar, inclusive, caças modernos e aviões de grande porte.

Todo o investimento realizado desde 1940 pelo Estado brasileiro no complexo industrial militar corre o risco de ser adquirido por multinacionais (como comprovou o caso Boeing - Embraer), levando à transformação de fábricas brasileiras em simples maquiladoras. Essa é a tendência de todas as grandes empresas do setor no Brasil, caso não haja uma reorientação do Estado no sentido de defender seu parque industrial bélico. A Taurus é um exemplo disso: está realizando sua expansão nos Estados Unidos e reduzindo sua operação no Brasil. Portanto, todo o saber nacional adquirido em décadas pode ser alienado ou destruído por interesses de potências estrangeiras.

Devido a altos investimentos necessários no setor de Defesa, a aquisição dessas empresas será realizada principalmente pelo capital internacional e promovida pela inação do Estado brasileiro. Portanto, a alternativa que resta para esse setor é a estatização. Sendo assim, o governo Lula precisa se posicionar e evitar que o conhecimento acumulado em anos de investimento e trabalho dos operários brasileiros caia nas mãos de potências estrangeiras. É necessário ainda, um plano para a Avibras e o setor de Defesa no Brasil.

Com a estatização feita pelo Governo Federal, poderia-se processar a fusão da Avibras com a Imbel, como parte de um projeto maior de fusão com a Embraer e outras. Formaria-se, assim,



uma poderosa indústria estatal de Defesa. Como estatais, as três empresas poderiam se associar a institutos tecnológicos, como o ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), o DCTA (Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial) e Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), e mais 300 empresas de menor porte que compõem o complexo industrial militar.

Se fossem direcionados para esse complexo, os bilhões de dólares programados para o setor de Defesa do Brasil nas próximas décadas levariam à construção de um valioso patrimônio nacional e preservação da soberania do país.

23/03/2023
Da coordenação do ILAESE
Gustavo Machado
Ana Paula Santana